

VETO DO GOVERNO IMPEDIU ESTRATÉGIA DA TELEFONICA

POR HESITAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DA PT E POR VONTADE DA MAIORIA DOS ACCIONISTAS O PAÍS CORREU O RISCO DE FICAR MAIS POBRE

Desde o início, que o STPT perante a vontade da Telefónica em ficar com a parte da VIVO detida pela PT, afirmou que só por vontade do Governo e determinação da Administração esse desejo do principal operador Espanhol seria impedido sendo evidente que os accionistas ou maior parte deles, mesmo alguns daqueles que representam os interesses financeiros do País estariam disponíveis para ceder, vendendo até a honra de que tanto falaram.

Também a Administração ainda hoje na Assembleia, pela boca do Presidente Henrique Granadeiro, contrariando a defesa do interesse estratégico da PT, pôs em causa a possibilidade de intervenção do Estado.

Mais estranha se torna a posição da Administração ao dizer que “quer obter pareceres jurídicos sobre a legalidade do veto do Estado”.

O STPT sem querer entrar em “batalhas jurídicas” lembra no entanto porque há muito tempo assim é entendido, o Tratado Europeu estabelece excepções para vários sectores de actividade como é o caso das Telecomunicações considerando o mesmo como **um serviço de interesse económico geral**, prestando assim um serviço de alcance social como é o caso da PT na prestação do Serviço Universal.

Serviço Universal que ainda há bem pouco tempo a Administração veio lembrar aos Sindicatos e à CT do interesse da Empresa em manter a prestação deste Serviço.

O STPT, que desde o início interveio junto da Administração, do Primeiro Ministro e do Ministro da Tutela, só pode pois congratular-se com o sentido de responsabilidade do Governo ao utilizar o seu poder de veto através da “Golden-Share” votando contra a alienação da Vivo à Telefónica.

Para o STPT é importante reter este exemplo como fundamental, pois o mesmo torna evidente que um País entregue aos interesses imediatos de investidores financeiros corre sérios riscos quanto ao seu futuro e dimensão.

É importante também perceber, pois, como é determinante a possibilidade de intervenção do Estado em Empresas de interesse estratégico para o País, como é o caso da PT.

Com este desfecho da Assembleia-Geral de Accionistas da PT, Portugal ficou mais rico, a PT tem dimensão para crescer, melhorando a qualidade de serviço prestado aos clientes e aos cidadãos, através da manutenção do Serviço Universal, criando a possibilidade do desenvolvimento económico das telecomunicações ao serviço das populações e os trabalhadores ganham maior confiança no futuro da Empresa.

STPT, 30 de Junho 2010

A Direcção